



A DEFESA NACIONAL

A Rússia e a Comunidade de Estados Independentes¹

Francisco de Assis Grieco*

Extraído de conferência proferida, pelo autor, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), em 12.09.1995, o artigo aprecia as causas do esfacelamento da União Soviética (URSS) e das dificuldades de afirmação da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

O SÉCULO DO COMUNISMO

O século atual pode ser considerado a vertente de transformações radicais no cenário político e econômico mundial, após cinco séculos de predominância histórica européia. Desde a formação dos seus Estados nacionais, a Europa foi o núcleo da expansão da civilização ocidental, imposta aos demais continentes pelos processos da colonização e transmigração cultural, na América e na Austrália, e pela imposição imperial, na África e na Ásia. Até o fim do século XIX, os princípios do “equilíbrio europeu”, através de guerras religiosas

e dinásticas, comandaram não só a evolução política do mundo e determinaram doutrinas de acúmulo de riqueza, de produção e de distribuição de fatores econômicos, como a própria configuração geopolítica do mapa mundial de nossos dias.

Em seus últimos anos, o século XX oferece, na sua análise retrospectiva, as bases de uma era de conflitos ideológicos, da globalização da economia mundial e da formação dinâmica de pólos de poder estratégico e político. A reversão de sua supremacia política, após a Primeira Guerra Mundial, define o primeiro passo para colocar a Europa, não mais em situação de liderança,

* Economista. Ex-Embaixador na Hungria e nos Países Baixos.

1. Selecionado pelo PADECEME.

mas de integração ao processo radical de reformulação da primeira metade do século. A assunção norte-americana da liderança financeira e da revolução de padrões de produção e de consumo arrastou, o mundo capitalista, na década dos 20, a uma recessão econômica, que só seria sobrepujada pelos gastos públicos das corridas armamentistas, nas ditaduras européias, no Japão e nas democracias ocidentais.

A Europa e o resto do planeta viveram, a rigor e praticamente, três décadas de confrontação, entremeadas pela “paz armada” e padecendo dos desajustes sociais alimentados pela depressão econômica. A história do marxismo, no século passado, esbarra na prosperidade da Europa Ocidental e nas mudanças do processo econômico capitalista nos Estados Unidos, com sua aversão aos figurinos estrangeiros e seu êxito em encontrar “soluções americanas” para suas crises cíclicas e pressões pela distribuição progressiva de sua renda nacional.

Enquanto Marx repousava no seu cemitério londrino, o marxismo que ele havia criado, inspirado na economia clássica inglesa e dramatizando os males sociais oriundos da Revolução Industrial, encontrou novo palco e protagonista gigante na Rússia czarista, carcomida pela inépcia administrativa, pela corrupção e pelo atraso social em sua vastidão geográfica. A implantação do comunismo, dos dias de Lenin e Trotsky ao regime brutal de Stalin, fez da União Soviética o pivô de nossa História contemporânea. Em torno da consolidação, auge e decadência da União

Soviética definiram-se os choques ideológicos, a segunda hecatombe, e a chamada nova ordem mundial dos dias atuais.

A ideologia comunista, adaptada às contingências internas e externas da URSS no catecismo do leninismo – estalinismo, ganhou, na primeira metade do século, aspectos doutrinários novos no plano internacional. O processo da centralização econômica, os expurgos contínuos e a luta latente na hierarquia russa inverteram as prioridades do comunismo universal em favor da consolidação soviética. A doutrina comunista, sem dúvida, ganhou terreno na formação do pensamento humano universal, através de sua

“O processo da centralização econômica, os expurgos contínuos e a luta latente na hierarquia russa inverteram as prioridades do comunismo universal em favor da consolidação soviética.”

influência na evolução das ciências sociais, da economia e da literatura. Pensadores e homens representativos da cultura moderna chegaram mesmo a exaltar o regime hediondo de Stalin, após suas visitas ao “paraíso socialista”.

Por um momento, a intervenção estatal cresceu no processo capitalista-democrático, com a renitência das recessões e pressões para a reformulação de princípios clássicos da livre iniciativa, como aliás ocorreu com o *New Deal* nos Estados Unidos. As comissões políticas na América Latina são fases históricas típicas das transformações advindas das facções comunistas indígenas, e/ou estimuladas por Moscou. A Grande Depressão dos anos trinta trouxe o desemprego crônico (estrutural), alimentou as guerras tarifárias e o neomercantilismo, apontando para os estágios que o marxismo anunciara como conducentes ao funeral capitalista.

No plano político, o comunismo soviético concorreria para a vitória do extremismo, na Alemanha nazista e na Itália fascista, erguendo ambas suas bandeiras da cruzada antimarxista, com o apoio das democracias ocidentais, estigmatizadas pelo horror da primeira guerra e receiosas das ambições expansionistas ilimitadas do Kremlin. Desprovidos de política internacional consistente, amarrados pelo isolacionismo tradicional de seu povo, os Estados Unidos não pareciam interessados em imiscuírem-se na Europa das minorias e nacionalidades conflitantes, criadas por Woodrow Wilson, e longe de constituírem o “cordão sanitário” para URSS ou a barreira ao nazismo crescente.

EXPANSÃO E DECLÍNIO

O término do segundo conflito mundial criou, em uma década de evolução, nova concepção política, econômica e estratégica de caráter global pela primeira vez na história da humanidade. A realidade de um só mundo, reunindo nações, continentes, etnias, ideologias, regimes políticos e, sobretudo, a estruturação da economia internacional, surgiu pela definição clara do choque ideológico entre a Aliança Atlântica e a União Soviética. O alinhamento compulsório de nações e governos, mesmo com seus regimes doutrinários díspares, constituiu, *de facto*, a era da “bipolaridade conflitante”, a despeito da arregimentação aparente e precária dos países que se arvoraram em “não-alinhados” e “terceiromundistas”.

À estruturação dos blocos econômicos (Mercado Comum) e militar (OTAN), a URSS respondeu com sua “Cortina de Ferro”, formalizada pela criação do COMECON e do Pacto de Varsóvia, compartilhando do

duopólio nuclear e passando a adotar política internacional e padrões planetários desconhecidos, até então, pela concepção euroasiática soviética. Com a vitória de Mao e a aliança, de pouca duração efetiva, a ideologia marxista ganhou todo o continente eurasiático, à exceção da “península” da Europa Ocidental, arrasada pela guerra e presa aparente de partidos comunistas rumo ao poder pelo caminho eleitoral. A reação democrática trouxe a liderança dos Estados Unidos, em processo envolvente de três décadas de confronto e que lhe garantiram a supremacia econômica mundial e a restauração das economias européia e japonesa para a constituição das ordens política e econômica de nossos dias.

O cerco militar do cerne marxista sino-soviético, mesmo após a cisão inevitável, criou toda uma estrutura periférica convencional e nuclear que se estendeu da OTAN aos pactos regionais do Oriente Médio (CENTO), à Ásia de Leste (OTASE) e à América Latina (Rio de Janeiro). A política de contenção dessa aliança reuniu nações de culturas, credos e, às vezes, de configuração democrática dúbia. Na verdade, os dois blocos ideológicos em choque costuraram suas alianças estratégicas ao sabor do imediatismo e de suas conveniências, nos caldeirões políticos africano e asiático, à medida que surgia uma centena de países nascidos com o processo de descolonização, patrocinado pelos Estados Unidos e às expensas das potências coloniais européias, arruinadas pela guerra.

O holocausto nuclear e as recordações do conflito recente, com suas dezenas de milhões de vítimas, garantiram a paz, embora precária e a despeito de “aventuras” perigosas na Coreia, Cuba e Vietnã, merecendo a conceituação analítica apropriada do

brinksmanship. Nem tão pouco materializavam-se as previsões do *Kapital* sobre a decadência capitalista pelos estágios das convulsões econômicas cíclicas, da eclosão das guerras de libertação colonial e da derrota final do capitalismo financeiro. Antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, Bretton Woods já havia estabelecido o tripé que disciplinaria a economia mundial em sua reconstrução e assistência econômica (Banco Mundial), finanças internacionais (FMI) e fluxos de comércio (GATT).

Recusando sua participação no novo esquema econômico universal, à União Soviética restou a manutenção de uma área econômica restrita, de potencial limitado de riquezas naturais e de industrialização precária, a par de mercados de consumo pobres. A recuperação da própria URSS, com suas repúblicas subdesenvolvidas e necessitadas de criação mesmo de infra-estruturas econômicas e sociais, padeceu da miopia política de Stalin em não consolidar as *benesses* recebidas em Yalta de um Roosevelt fisicamente arruinado. Confirmando a perspicácia de Churchill e sua antecipação das ambições territoriais e desígnios de supremacia da União Soviética, o ditador caucasiano confirmou seu ânimo expansionista, na segunda crucificação da Polônia e na aplicação "malaparteana" de clássicos golpes-de-estado nos países da Europa Oriental.

Lançando-se na competição nuclear e especial, a Rússia sacrificou recursos astronômicos essenciais à recuperação e modernização de suas indústrias, negando a expansão do consumo aos seus povos sacrificados, desde a implantação comunista às vicissitudes da guerra devastadora de seu território mais afluyente. Nada mais contestável do que a noção de ter sido a Europa Oriental sugada economicamente pelo "polvo soviético".

Seus países, pelo contrário, valeram-se dos déficits crônicos no balanço de pagamentos do COMECON, pelos seus saldos negativos comerciais, e pouco contribuíram para os gastos militares de defesa (e agressão) comuns, beneficiando-se do fornecimento de energia subsidiada. Pagaram, porém, o preço de mercados de consumo incapazes de absorverem inovações e eventuais métodos modernos de comercialização, barrados pelas empresas estatais de suas economias planificadas.

Fechando suas fronteiras, a União Soviética perdeu as batalhas da revolução das tecnologias de ponta, alheia ao intercâmbio mundial científico, técnico e tecnológico, destituída dos recursos bilionários, que revolucionaram os métodos modernos americanos de produção e produtividade compartilhados com a Comunidade Européia e o Japão, guardiões da aliança democrático-capitalista. A ajuda econômica norte-americana aos países em desenvolvimento, sempre que possível democráticos, concorreu para a expansão do comércio e vinculações à economia dos Estados Unidos. O abandono, pelo Tesouro americano, do padrão-ouro, relegou o metal à conversão em moeda americana, ao passo que a rede de multinacionais e os mercados de euro-petro-dólares estimulariam a hegemonia do dólar como *fiat* mundial.

Relativamente estagnada em sua economia, perdedora da corrida tecnológica, a URSS, a partir dos anos 70, começava a dar sinais de um paquiderme bicontinental desprovido de rede adequada de transportes e comunicações, habitada por população compósita, de etnias e credos religiosos vários; defasada em relação aos métodos industriais modernos e à revolução terciária da prestação de serviços, e, sobretudo, imobili-

zada pelo fracasso da centralização econômica e administrativa.

Seria temerário pontificar causas prioritárias no processo de decadência da União Soviética. Ou mesmo atribuí-las, prioritariamente, a fatores exclusivamente econômicos, conquanto seja evidente que a doutrina econômica marxista — em falta de melhor nome — tenha-se constituído nas bases do estopim político

que detonou a implosão do regime comunista soviético. Estranhamente, enquanto os líderes comunistas (vide Khrushchev) vaticinaram o enterro capitalista, foram raros e ignorados

os analistas que prognosticaram a derrocada da URSS, no curto, médio e longo prazo. Nada mais ingênuo, todavia, supor que o império monolítico de quase sete décadas pudesse desmoronar com o Muro de Berlim ou durante o período curto dos esforços de um homem só e corajoso: Gorbachev e sua “glasnost-perestroika”.

A “DÉBÂCLE” POLÍTICA E IDEOLÓGICA

Cerca de duas décadas após a morte de Stalin, por volta do início dos anos setenta, o processo político soviético entrava em compasso de estagnação, pela sua impossibilidade de admitir novas lideranças e animar-se a empreender revisão conceitual do marxismo anacrônico, ante a renovação dos cânones democráticos e o crescimento das economias de livre iniciativa em todo o mun-

do. As lutas intrapartidárias pelo poder, a tendência crônica à liderança monolítica e a estratificação dos quadros do PCUS foram todos fenômenos típicos do “envelhecimento doutrinário”. A rede administrativa permaneceu sujeita aos critérios partidários de fidelidade e ortodoxia, com distribuição de cargos e favores, em prejuízo das renovações e com total desconhecimento do grande salto

tecnológico em franca expansão no resto do planeta. A “nomenclatura” tornou-se a casta das *dachas*, das limusines *Zis*, das viagens bem-remuneradas ao exterior, dos supermercados especiais para os tecnocratas etc.

A xenofobia oficial, cultivada e herdada do estalinismo, manteve os padrões de sufoco da nova geração, negando-lhe a arte moderna, a liberdade intelectual criativa e as novas expressões musicais, que não merecessem a sanção do Politburo. A repressão às influências culturais externas e o puritanismo, impostos desde os dias da implantação do regime, permaneceram no pós-guerra como postulados normativos da sociedade sem classes, explicando, em grande parte, a erupção vulcânica dos costumes e comportamentos sociais dos tempos atuais, de drogas, pornografia e prostituição, máfias e crimes, corrupção e desalento.

Incorporadas, anteriormente pelos exércitos do Tzar, as repúblicas socialistas soviéticas da Ásia procuraram preservar seus padrões culturais, línguas e dialetos e, principalmente, o maior fator de sua unidade: a religião e o código social islâmico. A política estalinista de “russificação” da União Soviética realocou mais de 60 milhões de

“Ao ser criada, a ONU passou a refletir, no contexto internacional, os desígnios e diretrizes de um forte eixo Leste/Oeste impondo-se sobre o Norte/Sul.”

cidadãos nas regiões bálticas onde logrou implantar minorias, que chegaram a um terço na Estônia mas persistiu, principalmente, em criar elites governamentais, nas repúblicas socialistas asiáticas, que até hoje constituem facções importantes nos novos partidos e na administração dos Estados independentes.

A partir do reinado de Brejnev, a URSS sinalizava sua disposição em aceitar novos esquemas de “détente” na Europa e, amplo modo, de desnuclearização e redução de armamentos convencionais. Na Polônia, a arregimentação sindical encontrou o apoio do nacionalismo cultural e religioso. Na Hungria, o “Novo Modelo Econômico” chegou à privatização do pequeno comércio, autogerência de fábricas e comercialização privada de parte da produção agrícola. A Romênia, no seu “comunismo de família”, i.e. mulher e filho no Politiburo, chegou ao ponto de levar Ceausescu a abandonar, *de facto*, o Pacto de Varsóvia e exigir o sucateamento nuclear em ambas superpotências. De modo geral, o comércio intrazonal no COMECON seria, paulatinamente, desviado para o Ocidente à procura de suas moedas-fortes.

Partido e “nomenclatura” soviéticos começaram a entrar em estágio de decomposição na liderança de Brejnev e, em declive vertical, nos primeiros anos dos Oitenta, quando o Secretário-Geral circulava trôpego pelas capitais comunistas. Dois substitutos-anuais, cujos nomes foram quase esquecidos, abriram caminho para qualquer homem-forte que, no estilo da supremacia da cúpula, se predispusesse a assumir as rédeas do poder real vacante. Hiperbólica seja a afirmação, vale dizer que jamais um estadista, ao jogar com sua habilidade e ousadia, daria o primeiro passo para reformular a dinâmi-

ca da vida política e econômica da humanidade. Nem pensar em julgar ou encerrar a biografia do líder que governou o caos soviético e foi bafejado pela admiração universal até o Prêmio Nobel, alijado do poder, por um piparote de um bando de conspiradores bizonhos, para chegar a programa brasileiro de TV de máxima audiência, e anúncio de cervejas-número um.

EXPERIÊNCIA MALOGRADA: GLASNOST-PERISTROIKA

Apesar de ainda recente, já existem boas margens de análise especulativa do curto interregno *glasnost-peristroika*, como conhecido no regime gorbachoviano. Em primeiro lugar, aquelas reformas políticas e econômicas não foram objetivo de plano integrado, desenvolvendo-se ao sabor de reações imprevisíveis da opinião e apoio populares. Não poderiam, todavia, durar muito, à medida em que a austeridade e o poder aquisitivo decrescentes tornar-las-iam execradas. Em segundo lugar, por persistir Gorbachev no erro de reformar conceitos políticos básicos e tentar a reformulação estrutural com a sanção do Partido, dos apaniguados ortodoxos, e dos beneficiados da burocracia estagnada. Esse erro deve ter sido pelo julgamento de poderem as transformações radicais imediatas trazer o caos político e econômico, na ausência de uma vocação democrática secular — receio compreensível, quando se pensa nos vários séculos de permeio entre o Grão-Ducado de Moscovo e a URSS.

Comprova-se, assim, a habilidade política das lideranças que, rapidamente, se renovaram nos demais países da Europa Oriental, dissolvendo os seus partidos e depurando as cúpulas governamentais comunis-

tas para, então, empenharem-se nas reformas radicais. Embora a todos esses países tenham-se confrontado quedas agudas de padrões sócio-econômicos, bem ou mal sucederam eles nos primeiros passos da privatização, abriram suas economias, e apresentaram suas candidaturas à União Européia. Houve, de fato, recuos e vitórias eleitorais de partidos de esquerda, na Hungria e na Polônia, mas as vocações nacionalistas e as experiências democráticas anteriores ao segundo conflito mundial, ainda que algumas débeis, frutificaram na pluralidade partidária, na afirmação democrática, e no retorno às economias de mercado. Na União Soviética, Gorbachev, candidamente, esperou que a “nomenclatura”, institucionalizada em seis décadas de inoculação dialética e sujeição partidária férrea, se propusesse a assinar seu próprio atestado de óbito.

Em terceiro lugar, conquanto a aprovação internacional ao líder-demolidor tenha sido estrondosa, coroada até de Prêmio Nobel da Paz, a assistência financeira de bancos internacionais de desenvolvimento, inclusive o recém-criado BERD e o Fundo Monetário, foi insuficiente. Somas condizentes foram anunciadas, mas não-desembolsadas. A abertura econômica chocou-se com o nacionalismo milenar e a instrospecção política soviética, avivando os riscos da sujeição aos organismos internacionais. A inflação e a *débâcle* institucional trouxeram a corrupção e a anarquia administrativa. Caiam a produção industrial, o PIB em geral e as diferenças de classes surgiram com o pauperismo, não mais contido pelo rigor policial, de classes de salários fixos, aposentados e desempregados.

A queda do Muro de Berlim abriu portas da ebulição no mundo comunista da Europa Oriental, acirrando os nacionalismos,

a começar pelos países bálticos, oprimidos pelas repressões brutais de suas culturas e a imposição de minorias governantes eslavas. Seriam os primeiros países a tornarem-se independentes, recusando posteriormente sua adesão à Comunidade de Estados Independentes (CEI). Nos dois anos de, praticamente, anarquia social e de inflação galopante, Gorbachev perde as rédeas do poder ante a indiferença partidária e das forças armadas.

A despeito das crises inflacionária e de autonomia regional, Gorbachev procurou, através de plebiscito, em março de 1991, ganhar o apoio popular, ante as ameaças de retorno ao regime marxista-leninista, odiado pela população das grandes metrópoles. A abstenção em algumas repúblicas deu a ilusão de que a União Soviética sobreviveria às crises separatistas. No plano político, o tiro saiu pela culatra, quando Bóris Yeltsin foi eleito, em junho, presidente da República Russa. A sorte foi lançada, mas caberia ao rival de Gorbachev atravessar o Rubicon.

Em julho de 1991, Yeltsin assumia, com pompa bizantina, a presidência da Federação Russa, com a bênção do patriarca ortodoxo Alexei II, ao som do hino nacional russo e sob a antiga bandeira czarista. Comparceram representantes das demais repúblicas soviéticas. Presente na cerimônia, o presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, foi criticado publicamente, por Bóris Yeltsin, por suas “medidas hesitantes”. Ganhando sua autonomia, a Rússia passava a influenciar a direção e os destinos da União Soviética, pela sua ascendência econômica e poder militar, inclusive nuclear e, sobretudo, pelo seu novo líder dinâmico e popular. Controlando metade da produção de cereais e de aço, dois terços do carvão da União Soviética, a Federação Russa englobava 11 fusos horários,

com superfície superior a 22 milhões de quilômetros quadrados, onde vivem cerca de 145 milhões de habitantes. É bem verdade que, nesse território euroasiático, de Moscou a Vladivostok, coexistem mais de 100 minorias étnicas, das quais 16 têm suas próprias “repúblicas autônomas”.

Consciente do crescimento político de Yeltsin, Gorbachev procurou acelerar a abertura econômica, partindo ao encontro do Grupo dos Sete e apelando para a ajuda econômica maciça da Comunidade Européia (CE). Seu prestígio melhorou internacionalmente, com o apoio ostensivo de Bush e a assinatura do *Tratado Start* de redução de armamento nuclear. Essa nova guinada iria, todavia, afrontar a cúpula estalinista do Partido, que deu sinal à conspiração para alijar Gorbachev e restaurar a ordem ideológica e partidária anterior. Comandaram-na o próprio vice-presidente Guenadi Ianaiev; o primeiro-ministro Valentim Pavlov; e o ministro da Defesa Dimitri Iazov, com o apoio do chefe da KGB, Vladimir Kriuchkov e do ministro do Interior, Bóris Pugo.

Em 19 de agosto, Ianaiev declarou que, por motivo de doença, Gorbachev renunciara em algum lugar da Criméia. Naquele mesmo dia, a Estônia proclamava sua independência, seguindo o exemplo da Lituânia, que já o fizera em março de 1990. A reação corajosa de Yeltsin, mobilizando centenas de milhares de moscovitas na praça do Parlamento, foi apoiada pelo Exército, disposto a manter sua coesão e disciplina. Em 21 de

agosto, o golpe estava dominado, com aplausos do mundo democrático. A Letônia declarou, naquele dia, a sua independência, não mais restando dúvida de que os países bálticos deixariam a União Soviética, após 50 anos de opressão comunista.

O processo de degradação de Gorbachev começou com seu retorno a Moscou. Em 24 de agosto, viu-se forçado a renunciar ao cargo de Secretário-Geral do PCUS, enquanto Yeltsin indicava os novos ministros do Interior e Defesa e o Chefe da KGB. Os Estados Unidos e alguns países europeus prontificaram-se a reconhecer os países bálticos. Em

“Em começo de novembro de 1991, a Federação Russa estava convencida de que a URSS se esfacelaria, sendo o momento exato de assumir seu papel histórico à frente de outras repúblicas eslavas e mesmo asiáticas.”

fins de agosto, as diferentes repúblicas socialistas soviéticas haviam proclamado suas independências, entre elas a Ucrânia, Belarus e Moldova. A Rússia e o Cazaquistão mantinham-se na expectativa. Em princípios de setembro, o Soviete Supremo

reconheceu a independência das Repúblicas Bálticas.

Em esforço homérico, Gorbachev procurou salvar a URSS pela criação de novo Parlamento, com 20 representantes de cada república, um Conselho de Estado, no qual o presidente da União e os chefes de governos nacionais coordenariam as políticas interna e externa, e um comitê inter-republicano, para gerir assuntos econômicos. Algum êxito foi obtido, quando o presidente da URSS conseguiu (18 de outubro) o beneplácito de 9 das 12 repúblicas para a assinatura, em Moscou, de um acordo de integração econômica. A Ucrânia, porém, firme no seu objetivo de completa independência, recusou-

se a participar. Nessa ocasião, justamente seu primeiro-ministro Vitold Fokim visitava o Brasil em missão de contatos comerciais.

Até então, a Federação Russa parecia seguir jogo dúbio em relação à URSS. A rivalidade entre a Ucrânia e a Rússia começava a delinear-se em questões territoriais e étnicas, bem como ao futuro da rede de mísseis nucleares em território ucraniano. O apoio de Yeltsin ao acordo econômico foi, sem dúvida, concessão política à sobrevivência da União e ao seu desacreditado presidente, com o fito de negociar com a Ucrânia a futura comunidade eslava à sua conveniência. Em começo de novembro de 1991, a Federação Russa estava convencida de que a URSS se esfacelaria, sendo o momento exato de assumir seu papel histórico à frente de outras repúblicas eslavas e mesmo asiáticas. A Rússia constitui sempre o baluarte econômico da União Soviética, produzindo a maior parte dos seus recursos energéticos e naturais, consumidos pelas demais repúblicas soviéticas menores a preços abaixo do mercado mundial. Além do mais, sem a preservação das forças armadas sob comando russo, a Federação estaria reduzida à condição de potência secundária.

Com Gorbachev manietado, o líder russo transigiu estrategicamente às últimas tentativas do presidente para salvar a comunidade soviética, através da criação da União de Estados Soberanos. A Constituição comunista foi substituída pelo Tratado da União, competindo, às cartas dos Estados-membros, as funções reguladoras de seus processos políticos, e assegurando o respeito aos direitos humanos, cuja declaração havia sido aprovada em setembro de 1991. Sete das doze repúblicas, representadas na reunião do Conselho de 15 de novembro de 1991, aprovaram o acordo.

Em princípios de dezembro, a Rússia decidiu dar o golpe de graça e liderar a fundação de comunidade que lhe desse predominância e lhe garantisse posição no cenário mundial. Pouca alternativa, aliás, restava-lhe, após o plebiscito para sanção da independência da Ucrânia, que elegeu um presidente nacionalista, Leonid Kravachuk, que não vacilou em acusar a Rússia de ambições imperialistas. Surgiram questões cruciais sobre a disposição ucraniana de incorporar as forças militares e navais soviéticas em seu território, tornando-se ainda potência nuclear capaz de inquietar o mundo. Nas mesmas condições, embora sem recursos econômicos de porte, estavam a Belarus e o Cazaquistão, com redes de balísticos nucleares em seus solos.

A COMUNIDADE DE ESTADOS INDEPENDENTES

Em 9 de dezembro de 1991, a Federação Russa, Belarus e a Ucrânia reuniram-se em Minsk (capital da Belarus), anunciando o fim da União Soviética e a criação da Comunidade de Estados Independentes, com adesão aberta às outras 9 repúblicas. O acordo aboliu o cargo de presidente, dissolveu o Parlamento e extinguiu os demais cargos administrativos da URSS. Bóris Yeltsin, bafejado pelas doçuras do poder, instalou o governo russo e sua própria residência no Kremlin. A nova Comunidade guardou o controle unificado do armamento nuclear, bem como das forças militares convencionais. A Comunidade prontificou-se a respeitar a Carta das Nações Unidas e a Ata de Helsinsque, os direitos humanos e os com-

promissos internacionais da antiga União Soviética, declarando suas fronteiras inalteráveis e abertas.

A Comunidade de Estados Independentes (CEI) recebeu, até o fim do ano de 1991, a adesão da Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Moldova, Quirquízia, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Em janeiro de 1992, depois de receberem garantias de que os mísseis nucleares permaneceriam sob controle único, os Estados Unidos e os países da CE reconhecera 8 das 12 repúblicas da CEI. O Brasil anunciou também sua disposição nesse sentido. Persistiram, porém, na Ucrânia, reações, que seriam seguidas pelo Azerbaijão e Moldova, de manutenção de seus próprios exércitos, enquanto a Rússia recebia apoio integral das forças armadas para o estabelecimento de comando unificado sob a autoridade da Comunidade.

O começo de 1992 começava a deixar clara a tendência da Rússia em tornar-se a herdeira da União Soviética, sendo nessa condição admitida no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em três anos de existência, o papel de liderança russa na Comunidade de Estados Independentes começa a ganhar consistência, não obstante problemas que se deparam à Rússia, nos planos econômico e político. Em setembro de 1993, Bóris Yeltsin presidiu à assinatura do Tratado de União Econômica pelas repúblicas do Azerbaijão, Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirquízia, Tadjiquistão, Uzbequistão e Moldova. Firmaram ainda a Geórgia, que ainda não fazia parte da CEI, e a Turcomênia como membro-associado. A Ucrânia aderiu posteriormente. Seis das ex-repúblicas soviéticas assinaram, igualmente, acordo para

manutenção da “zona do rublo”: Armênia, Belarus, Cazaquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.

Não se pode pressupor a renúncia da influência da Federação Russa sobre seus parceiros da CEI com suas riquezas de minerais (petróleo), agrícolas (cereais), e de todo seu potencial de mercado de 300 milhões de consumidores no ano 2000. Antes de efetivar esquema de união à Europa Ocidental, com algumas décadas pela frente, a Rússia terá diante de si a tarefa de criar, em bases racionais e igualitárias, a união econômica euro-asiática fundamentada em regime político de convivência étnica pacífica. A CEI necessitará, portanto, de volume crescente de capitais e de tecnologia originários da União Européia e, evidentemente, dos Estados Unidos e do Japão.

À Rússia, porém, confrontam-se problemas geopolíticos de manutenção da própria unidade da Federação Russa, que possui superfície de cerca de 17 milhões de quilômetros quadrados, dos Urais até Vladivostoque. São 21 repúblicas autônomas com constituições, poderes legislativos e governos próprios, e mais dez regiões semi-autônomas. Nas repúblicas, cerca de metade da população é de etnia russa e, nas regiões autônomas, a porcentagem é também significativa. Quatro das repúblicas — Tuva, Tartária, Ossélia Setentrional e Chechen, sequer permitiram seus cidadãos votarem no plebiscito para a eleição direta de Yeltsin (março de 1991), que perdeu pelo menos em quatro das doze regiões autônomas consultadas.

A disposição democrática em apoiar as transformações liberais na Rússia levou a consórcio tácito de ajuda financeira que reu-

niu grupos multilaterais — FMI, Banco Mundial, Grupo dos 7, BERD e Clube de Paris — e mais a Comunidade (União Européia, Estados Unidos e Japão). No decorrer de 1992, do plano aprovado pelo G-7, de US\$ 24 bilhões de ajuda, apenas US\$ 12,2 bilhões foram alocados e, segundo círculos financeiros mundiais, somente US\$ 8 bilhões foram utilizados, na maior parte para a compra de alimentos. A Rússia só recebeu cerca de US\$ 1,6 bilhão dos US\$ 4,5 bilhões prometidos pelo FMI, Banco Mundial e BERD. Os US\$ 2,5 bilhões para alívio dos pagamentos da dívida externa foram cancelados, após a decretação da moratória russa. As crises políticas e a inflação descontrolada impediram a Rússia de receber US\$ 6 bilhões, para a constituição de um fundo de estabilidade do rublo em relação às moedas ocidentais.

Nos encontros Clinton-Yeltsin (Vancouver) e na reunião do G-7 (Tóquio), ambos em abril de 1993, ficou decidido o montante de US\$ 43,4 bilhões de assistência financeira à Rússia — propósito evidente de apoiar Yeltsin, cada vez mais acuado pelos grupos comunistas, dentro do próprio governo e em grande número no Parlamento. Essa visão política provou estar certa quando o presidente russo, com apoio unânime das forças armadas, não vacilou em bombardear os rebeldes entrincheirados no Duma (setembro de 1993) e ganhou as eleições seguintes, ainda que dando lugar ao aparecimento do cômico-apocalíptico Jirinovsky e suas histrionices capazes de causarem apreensões sobre o futuro da Rússia.

“A massa de cientistas russos ociosos já causa evasão de ‘cérebros’, ao menos na fase de crise atual russa.”

O “pacote de Tóquio” inclui US\$ 15 bilhões para rolamento da dívida externa, anteriormente aprovado pelo Clube de Paris. Em apoio à estabilização econômica foram reservados US\$ 10,1 bilhões, mais US\$ 14,2 bilhões destinados a reformas estruturais e para concessão de créditos de fornecedores ocidentais. Posteriormente (julho de 1993), a Rússia obteve, durante a visita de Yeltsin ao Japão, créditos e empréstimos no valor de US\$ 4 bilhões, para criação de um fundo de privatização das grandes empresas estatais ainda existentes. Desse total, em janeiro de 1994, apenas US\$ 5 bilhões foram efetivamente desembolsados. Dos US\$ 15 bilhões do FMI, só US\$ 1,5 bilhão foi desembolsado e, dos US\$ 3 bilhões do Banco Mundial, somente US\$ 600 milhões.

A expansão do comércio entre a UE e a Rússia será resultado coerente da nova disposição (e capacidade) russa de integrar-se à comunidade internacional, sem ânimos de confrontação ideológica e estratégica. Será essa disposição fundamental à primeira etapa de criação do sonho do mercado continental ampliado e que determinará a livre circulação de bens de capital, de serviços financeiros especializados e da expansão do emprego — o “calcanhar de Aquiles” da Europa e do mundo no próximo século. O crescimento do consumo na Rússia (CEI) abrirá as portas às vendas de tecnologia e *know-how* ocidentais de ponta para modernização dos métodos e dos processos de gerência, de produção e comercialização, desconhecidos ou não utilizados na então URSS. Nesse ângulo, o voto pelo poder aquisitivo garantirá

o apoio dos consumidores à introdução de técnicas e à presença do capital estrangeiro em sistema econômico secularmente fechado ao exterior.

No contexto comercial, a Federação Russa encontrará pontos de divergência em relação aos esquemas de protecionismo da UE, como, por exemplo, na execução da Política Agrícola Comum (PAC). A recuperação das técnicas de produção e a descentralização da agricultura tornarão o país mais competitivo no mercado internacional, esbarrando nas regras européias de subsídios, que o GATT tentou eliminar mas não conseguiu de todo.

Entre os aspectos macroeconômicos da integração progressiva da Rússia à União Européia (UE), destacar-se-ão programas conjuntos de pesquisas científicas pura e aplicada, principalmente na cooperação tecnológica. A massa de cientistas russos ociosos já causa evasão de “cérebros”, ao menos na fase de crise atual russa. A coordenação no campo da tecnologia de ponta, quando se conhece a superioridade dos Estados Unidos e do Japão, constituirá uma das primeiras etapas de conjugação setorial na direção dos esforços de integração.

O primeiro encontro de cúpula entre a então CE e a Federação Russa realizou-se (novembro de 1993) em Moscou quando Delors visitou Bóris Yeltsin, e dele ouviu empenho de que “a Rússia fosse finalmente considerada um Estado europeu” pela adesão à integração continental. Em princípio de dezembro foi assinado acordo, em Bruxelas, para estabelecer um sistema de consultas entre a União Européia e a Federação Russa para coordenação de medidas de abertura de mercados e assistência aos esforços

da Rússia para consolidação e transição rumo à economia descentralizada.

PERSPECTIVAS

Tudo leva a crer que a Rússia procure estender, progressivamente, suas hegemonias estratégica e econômica sobre os demais Estados, uma vez que a CEI não tem ainda estrutura constitucional precisa e passível de ser afetada por crises étnicas e anseios de autonomia. Desconhecem-se, a rigor, neste momento, a extensão e o êxito das reformas estruturais que trarão à Rússia e aos seus parceiros regime democrático verdadeiramente representativo, permitindo a criação de mercado integrado pelas economias regionais díspares. Seria difícil precisar, agora, a disposição russa de, efetivamente, compartilhar, em bases soberanas, seu poder político e manter a canalização de seus recursos em benefício de associados menores como a Ucrânia, Belarus e Cazaquistão e, principalmente, a comunidade asiática subdesenvolvida.

Durante sete décadas foi, na verdade, a Rússia que formou a espinha dorsal da União Soviética e ditou seus interesses às demais repúblicas socialistas. O próprio Yeltsin reconheceu a precariedade dos laços da CEI, procurando, nas forças armadas, o veículo da consolidação de um poder central válido para liderar as políticas de interesses comum. A Ucrânia não é a única a temer o “imperialismo russo”. Um provérbio eslavo, aliás, recomenda que “quem vai jantar com o Diabo, deve levar uma colher bem comprida...” □